

ACM: grampos ocorreram antes do mandato

Senador, que apresentou defesa por escrito, se disse injustiçado na investigação a sobre escuta ilegal na Bahia

Lydia Medeiros

• **BRASÍLIA.** Em 31 páginas enviadas ao Conselho de Ética, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu-se ontem das acusações de envolvimento com o grampo telefônico ilegal na Bahia. Aconselhado por colegas de partido e pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o senador preferiu não depor. No documento, ele diz ter sido vítima de injustiça e afirma que a investigação no Conselho de Ética do Senado é descabida porque se refere a fatos que ocorreram quando ele não era parlamentar.

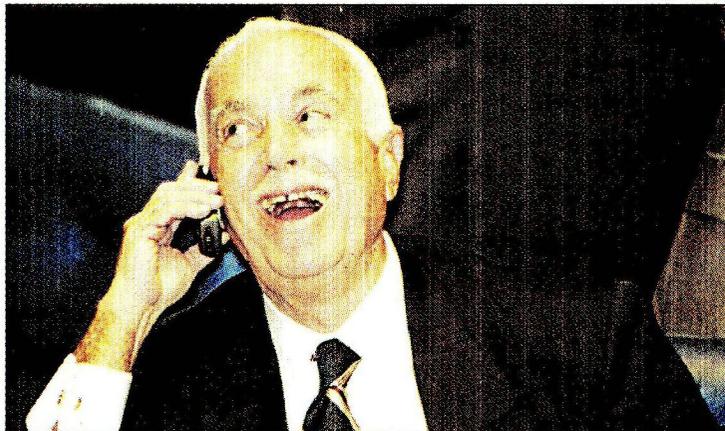
O senador admite ter recebido um resumo do material gravado mas desmente ter dito à advogada Adriana Barreto que mandara grampear o marido dela, o advogado Plácido Faria. E não deixa de apelar ao espírito de corpo do Senado: "Não desejo para ninguém, nem mesmo para os meus mais ferinos adversários, situação semelhante. Como dis-

se um grande político brasileiro: 'quem odeia é escravo do outro a quem ele odeia'. Tenho certeza de que, no Senado Federal, ninguém viverá de ódios".

O relator Geraldo Mesquita (PSB-AC) apresentará sua conclusão no dia 22. No Senado, dá-se como certa a abertura do processo para investigar Antonio Carlos. A batalha do PFL e dos que o apóiam será por uma punição mais branda, como a suspensão temporária do mandato. Caso o relator recomende o processo, com a aprovação do Conselho, caberá à direção da Casa decidir se aceita ou não o pedido. Na Mesa, Antonio Carlos teria pelo menos quatro dos seis votos.

Os principais trechos da defesa de Antônio Carlos:

• **A TESE DA DEFESA:** O senador afirma que a investigação foge à competência do Conselho de Ética porque trata de fatos ocorridos quando ele não tinha mandato parlamentar. "Parece difícil visualizar uma quebra de decoro parlamentar por um não parlamentar", diz.



Ailton de Freitas

O SENADOR ACM no plenário ontem: ele se defendeu por escrito

• **VÍTIMA:** Antonio Carlos afirma que também teve seus telefones grampeados e que há um inquérito na Bahia apurando o caso.

• **CARTAS E FAXES:** O senador argumenta que sempre recebeu denúncias e tem o hábito de encaminhá-las para apuração (negando ter tido conhecimento de supostos atos irregulares de adversários por meio das escutas). Afirma que também mandou faxes para a imprensa, quando considerou-se injustiçado. "Posso ter me excedido algumas vezes, mas jamais tergiversei ou deixei de ser autêntico.

Certamente por isso ganhei inimizades". Ele oferece ao Conselho cópias de documentos.

• **DEPOIMENTOS NA PF:** "Somente adversários políticos ou desafetos me acusam ou tecem meras conjecturas. Uma análise isenta dos fatos mostra isso".

• **PLÁCIDO FARIAS:** O senador nega que o advogado, marido de Adriana Barreto, que diz ter mantido um relacionamento com Antonio Carlos, tenha sido perseguido pelo jornal "Correio da Bahia" ou pelo governo do estado. Anexa cartas que endossam sua defesa e

faz uma sutil insinuação sobre a situação do escritório do advogado: "Creio que ele não se furtaria a encaminhar a esse Conselho de Ética, em seu próprio interesse, suas declarações de renda".

• **ADRIANA BARRETO:** O senador, no documento, evita abordar qualquer aspecto da relação com a advogada. Nega ter dito a Adriana que faria escutas nos telefones dela ou de Plácido. Deixa claro que mantinha contato com ela, mesmo depois do fim do relacionamento, mas apenas por telefone ou e-mail.

• **BENITO GAMA, NÉLSON PELLEGRINO E GEDDEL VIEIRA LIMA:** Antonio Carlos, na defesa, procura caracterizar seus depoimentos à PF como fruto de questões políticas locais. Anexa fotos e documentos às explicações. "Grande parte do que se afirmou a meu respeito nesses depoimentos teve como objetivo, unicamente, criar um clima de convencimento, baseado em suposições, sobre um desmedido poder da minha liderança no estado e o uso que, na ótica de meus adversários, ressalto, faço ou poderia fazer desse poder. O que é falso", diz.

• **LUIZ CLÁUDIO CUNHA:** Afirma que o jornalista da "IstoÉ" se comportou

como assistente de acusação. O senador não nega ter recebido um resumo das gravações telefônicas e lista nomes de outras pessoas da Bahia que também tiveram acesso a cópias, entre eles o prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy. Mas desmente ter dito ao jornalista que mandara grampear Geddel e que teria mais de 200 horas de gravações. Ele ironiza o depoimento de Luiz Cláudio e a reprodução que o jornalista fez, de memória, da conversa entre ambos. "Fora capaz, assim, de se recordar de todos os detalhes e redigir uma transcrição contendo 1127 palavras. Repito, 1127 palavras". Anexa carta do jornalista Fernando César Mesquita, que participou da conversa, na qual ele desmente a versão apresentada por Luiz Cláudio. O senador afirma que a gravação de uma segunda conversa foi ilegal e repete que, como não sabia que estava sendo grampeado, fez comentários espontâneos. ■

COLABOROU *Cristiana Lôbo, da GloboNews.com*

► NO GLOBO ON LINE:

Enquete: O Conselho de Ética abrirá processo contra ACM?
www.oglobo.com.br/pais